

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: a tensão estrutural e o aumento da demanda

Renata Rocha Anjos Garcia¹Marcia Maria Cunha²

RESUMO

Esse artigo visa refletir sobre o trabalho do assistente social SUAS na cena contemporânea. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica a respeito do cenário de barbarização da realidade social para a classe trabalhadora, a precarização do mundo do trabalho, o desemprego estrutural, o aumento da demanda para a política de Assistência Social, que devido ao caráter estrutural das categorias que a compõe e realimenta a perspectiva na lógica de ações provisórias desconsiderando a contradição entre capital x trabalho, caminha na direção de ações de gestão da pobreza, dificultando espaços para a atuação profissional na perspectiva crítica, balizada constantemente por atuações de cunho conservadores e ecletistas, resultando em tensões apontando para a importância da dimensão socioeducativa do trabalho do Assistente Social.

Palavras-chave: Assistência Social. Trabalho do Assistente Social. Precarização do Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the work of the SUAS social worker in the contemporary scene. This is a bibliographical research about the scenario of barbarization of the social reality for the working class, the precariousness of the world of work, the structural unemployment, the increase of the demand for the Social Assistance policy, which due to the structural character of the categories that composes it and reinforces the perspective in the logic of provisional actions, disregarding the contradiction between capital x work, moves towards actions of poverty management, making spaces difficult for professional performance in a critical perspective, constantly guided by actions of a conservative and eclectic nature, resulting in tensions pointing to the importance of the socio-educational dimension of the Social Worker's work

Keywords: Social assistance. Social worker work. Precariousness of the World of Work.

¹ Unesp. Assistente Social, coordenadora do curso de Serviço Social da Gran Tiete, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca-SP; renatarochaanjos@hotmail.com .

² Unesp. Assistente Social doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca-SP; marcia.cunha@unesp.br.



1 INTRODUÇÃO

Esse artigo caminha na direção de reflexões sobre o trabalho do assistente social no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na cena contemporânea, que se constitui balizada por um cenário de barbarização da vida social para a classe trabalhadora, especialmente a fração mais pauperizada que já se apresentava em condições caóticas, mas, ainda encontrou frestas no cenário pandêmico para seu agravamento. Explicita a relevante relação entre a constituição da política da Assistência Social e o assistente social como um importante ator nesse processo histórico desde as ações assistencialistas ao alcance do patamar de política de seguridade social, determinado pela Constituição Federal de 1988.

Salienta ainda a precarização do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a forte tensão entre o aumento continuado da demanda de trabalhadores que não mais consegue atender suas necessidade através do trabalho e, obviamente, as buscam por respostas na via da atenção estatal através da política de assistência social, que devido seu caráter estrutural das categorias que a compõe, realimenta a perspectiva como um campo de ações provisórias, desconsiderando a intransitoriedade da vivência das expressões da questão social pela classe trabalhadora.

O presente artigo está voltado para a discussão sobre a relação do Assistente Social na política de Assistência Social que será realizada a partir de dois momentos: a primeira refere-se às requisições postas aos Assistentes Sociais no SUAS; e a segunda diz respeito aos desafios nesta política pública.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO HISTÓRICA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

2.1 O trabalho do Assistente Social e as requisições postas no SUAS

Pensar o trabalho do assistente social na política de Assistência Social exige reconhecer a importante relação estabelecida entre a profissão e essa área, a qual inclusive durante muito tempo foi compreendida como se fosse a própria política, sendo comum a substituição dos termos “assistente social” por “assistência social”.

PROMOÇÃO

APOIO



Todavia, inúmeros estudos já explicitaram, sobre essa temática e a relevância de não limitarmos o Serviço Social à política de Assistência Social, e esta última como espaço para uma única profissão.

É difícil estabelecer com precisão o início e o âmbito específico da política de Assistência Social, devido seu caráter fragmentado, desorganizado e indefinido de suas configurações. Porém, é possível afirmar que essa política vai se configurando a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, com objetivo de atender famílias dos pracinhas envolvidos na 2ª Guerra Mundial e coordenado pela 1ª dama Sra. Darcy Vargas, caracterizando a relação do Estado com a sociedade pela tutela, favor e a ajuda. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

O caminho percorrido até alcançar o caráter de política de Estado foi marcado por ações fragmentadas, segmentadas, descontínuas, paliativas, desprofissionalizadas, ocorrendo em situações limites, extremas de risco social, carregadas de preconceitos com os indivíduos e suas famílias. (TEIXEIRA, 2016).

As intervenções nesse cenário assumia um cunho psicologizante, individualizante, normatizador e disciplinador. Assim, eram descoladas e abstraídas da totalidade social, gerando as culpabilizações nos sujeitos atendidos, o que favoreceu a ideia de que a família pobre é incapaz de cuidar, educar e proteger seus filhos, além de ser culpada pelos problemas que esses segmentos enfrentavam, legitimando a cultura da institucionalização. (TEIXEIRA, 2016, p. 23).

Somente com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) a Assistência Social foi reconhecida como política de Estado, inserida no tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social. Se configurando, no campo formal, como dever do Estado e direito do cidadão.

Em 1993 foi regulamentada através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), seguida da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 e uma série de outras normatizações e documentos específicos, orientadores da materialização da política.

Todavia, apesar de todas as mudanças ocorridas no âmbito da Assistência Social desde a CF/88, as quais foram entendidas como “avanços” para a maioria dos trabalhadores desta área, configuraram-se como um processo extremamente contraditório, reafirmando direitos em um contexto de dissolução dos direitos. “[...] o desmonte da seguridade social se inicia com a conjuntura neoliberal já nos anos 90, com os governos Collor e FHC [...]”. (TEIXEIRA, 2016, p. 23).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Importante ainda considerarmos que toda essa relação histórica do Serviço Social com as práticas da Assistência Social desde seus primórdios que se materializavam numa perspectiva caritativa, sob a lógica do favor, do apadrinhamento e do mando como bem nos lembra Yazbek, coloca também essa profissão como importante agente na luta para que a assistência social alçasse ao patamar de política social, como dever do Estado e direito do cidadão.

É visível que no campo formal, a PNAS e o SUAS trouxeram uma nova perspectiva em diversos aspectos, inclusive no que se refere à superação da segmentação para direcionar as ações à família, explicitada na eleição da matricialidade sociofamiliar como um dos eixos estruturantes, bem como especificando o seu campo de atenção e ampliando sua oferta, especialmente no contexto de governos neodesenvolvimentistas, contribuindo para alterações do perfil de seu público. (GARCIA, 2018, p. 20).

Essas importantes conquistas foram alcançadas em tempos de governança progressista que direcionou atenção estatal a classe trabalhadora em diversas áreas, a Assistência Social foi uma destas.

Na conjuntura do governo Lula iniciou-se um processo de neodesenvolvimentismo, o qual possibilitou crescimento econômico e investimento em política social com menos instabilidade. Porém, ocultou conflitos de classe, a superexploração dos novos padrões de acumulação, construindo consenso político. Como se os antagonismos entre as classes sociais pudessem ser conciliados. (TEIXEIRA, 2016).

Assim, mesmo compreendendo que a Assistência Social de outrora era alicerçada em ações de cunho caritativo, primeiro damismo, lógica do favor e que hoje ainda enfrenta desafios para reafirmar o campo do direito e reconhecendo o inegável avanço para a sociedade brasileira, especialmente para a fração mais pauperizada da classe trabalhadora, há aspectos que demandam análises relevantes nesse campo: os ganhos no campo legal não foram suficientes para reafirmá-la no cotidiano das famílias numa lógica de direito que impactasse na alteração das condições de vida resultando em mobilidade social com sustentabilidade.

É preciso refletir essas questões especialmente com o aumento das demandas para a área, uma vez que o período de crescimento foi curto e no panorama atual do desmonte das políticas sociais e o sucateamento dos serviços são cada vez mais avassaladores. O Estado, cada vez mais, transfere suas responsabilidades para as famílias, sem sequer considerar suas possibilidades em assumi-las.

PROMOÇÃO

APOIO



Sabemos que as políticas sociais também são frutos da contradição capital trabalho, utilizadas como mecanismos de assegurar as condições de reprodução social, sobretudo à reprodução da força de trabalho. Além de apresentarem progressivamente intervenções cada vez mais mínimas, tendo sua base material (o fundo público) sendo direcionado para o capital e não para o trabalhador.

Mesmo no “auge” do investimento em política social (2003-2010), as intervenções não possibilitaram mobilidade social e nem era esse o grande objetivo. Ao contrário, pois na sociabilidade do capital as ações assistenciais não são movidas por um comprometimento com a redução e/ou eliminação da pobreza, mas com sua gestão, assumindo claramente o compromisso da manutenção das condições mais precárias de vida à que estão expostas a fração mais precarizada da classe trabalhadora.

Houve um investimento em políticas sociais compensatórias, com programas focalistas de eleições dos “mais miseráveis dos miseráveis”, como o tão conhecido e polêmico Programa Bolsa Família (PBF). Juntamente com tais programas há o estabelecimento de uma política voltada para a família (leia-se mulher)[4] As mulheres representavam 93% das titulares do PBF em 2014 e, 89% do Programa Minha Casa Minha Vida em 2015.

Para Raichelis (2020) os novos espaços sociocupacionais como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) contribuíram para a ampliação das possibilidades de trabalho dos assistentes sociais uma vez que passam a demandar novas habilidades e competências, todavia a autora não deixa de reconhecer “a assistência social como uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional (RAICHELIS, 2020, p. 752).

Esse entendimento é corroborado por Abreu (2012) que também aponta essa ampliação do espaço ocupacional “com a elevação da demanda para a atuação desse profissional em todos os níveis de gestão da atual política da Assistência Social” (ABREU, 2012, p. 164).

O preocupante é que a população com necessidades que demanda atendimento através da Assistência Social aumenta com grande intensidade, resultado do crescimento de desempregos permanente das camadas que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. O trabalho assalariado com registro em carteira não serve mais ao capital, portanto a intensificação do trabalho aos que ainda estão empregados

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

formalmente e a redução/eliminação de direitos é realidade presente. (ANTUNES, 2000).

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais (RAICHELIS, 2010, p. 750).

Já não se apresenta somente à assistência social o seu público tradicional. Está sendo negado o direito a uma vida digna para homens e mulheres. O desfalecimento das relações humanas e o aumento de usuários para a área são expressões da crise estrutural do capital. O pauperismo absoluto é que se torna alvo das intervenções da Assistência Social, isto é, as situações mais alarmantes, “mais problemáticas”, como se fossem situações específicas de cada sujeito/família, “tratáveis”, desconsiderando a pobreza como uma das expressões do sistema econômico vigente.

Nesse cenário a Assistência Social se configura como uma política duplamente estruturada para não materializar direitos sociais na vida das famílias. No auge de suas concessões garante apenas o mínimo e não permite a superação das “pobrezas” que os sujeitos evidenciam no cotidiano. Um cotidiano cada vez mais dominado pela organização capitalista, penetrando em todos os espaços da vida social. “O inteiro cotidiano dos indivíduos se torna administrado e não lhe permite nenhuma reserva de autonomia.” (NETTO, 1987, p. 85-86). “[...] para os seres humanos, é essencial assegurar “o domínio da sociedade sobre a riqueza” no sentido potencialmente universalizável e abrangente de sua economia, preocupada com a economia da vida e a relação adequada entre o esforço investido e a realização.” (MESZÁROS, 2002, p. 216).

Entretanto, o problema é que essa meta não poderia ser mais claramente contraditória em relação ao “domínio da riqueza sobre a sociedade” prevalente no sistema do capital. Este é imposto sobre os indivíduos sociais em nome do sentido altamente seletivo/exclusivo (e tendenciosamente perverso) de uma “economia” extremamente problemática, voltada para o benefício da minoria dominante, apesar de seu gritante desperdício. (MESZAROS, 2002, p. 216).

Ao mesmo tempo em que aumenta a massa de trabalhadores tendo negado o acesso ao trabalho concentra cada vez mais o poder econômico e político para uma pequena parcela da população mundial.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ao mesmo tempo em que aumenta a massa de trabalhadores tendo negado o acesso ao trabalho concentra cada vez mais o poder econômico e político para uma pequena parcela da população mundial pela peste negra, mas também com o desafio econômico de enfrentar uma crônica escassez de braços para trabalhar nas fazendas, implicando aumento de salários” (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 62).

Esse quadro resulta em uma vida cada vez mais agudizada em meio à pobreza, sendo a classe trabalhadora sujeita a tantas outras inúmeras violações. Corroborando com a fala de Netto (2005) no que tange o esgotamento das condições civilizatórias do desenvolvimento do capitalismo. O autor afirma ainda que os efeitos desse sistema são cada vez mais perversos, ofertando soluções barbarizantes para a vida social. Pensar nesse sistema é pensar em processos contraditórios: alcançou inovações, produzindo riqueza suficiente para toda a humanidade, no entanto nunca se viu tanta precarização das condições de vida.

As respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem – número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais (daí as políticas sociais no plural), recortando - as em problemas sociais “particulares” como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a doença, etc.), dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos demandantes do acesso a parcelas do fundo público (RAICHELIS, 2010, p. 754).

Assim, o arcabouço legal que a assistência social alcançou ao longo dos anos não foi suficiente para sua sustentabilidade que não lhe retraísse as frágeis ações do passado. As bases que estruturam a PNAS e o SUAS se edificaram sobre categorias teóricas que ocultaram e ocultam os conflitos de classes.

É sabido que embora a Assistência Social seja demarcada por determinadas formas estruturais, não deixa de ser algo profundamente conjuntural. Certamente vem disso a característica transitória que a marca tão profundamente (as ações da Assistência), dando sempre a impressão de que se trata de um campo que tem a ver apenas com ações momentâneas. (SHONS, 2015, p. 33).

Os problemas estruturais nas categorias que alicerçam a Assistência Social refletem cotidianamente na concretização das próprias ações da área. Figuram uma lógica similar à do campo da saúde e ocultam os conflitos de classes quando definem uma pseudo divisão entre Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade, A primeira na perspectiva da prevenção frente as situações de vulnerabilidade social e a segunda na perspectiva da intervenção



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

frente as violações de direitos e/ou fragilização de vínculos sociofamiliares, se utilizando da lógica de especialismos que “curam” as demandas que se tornam alvo dessa atenção.

Como prevenir em um cenário no qual a vivência de expressões da questão social se traduz como a trajetória de vida de parcelas da classe trabalhadora frente a um Estado cada vez mais mínimo para o social e máximo para o capital? Como prescrever “receitas” para violências sofridas durante uma vida toda, como se as marcas que constituíssem os sujeitos fossem passíveis de cura? É nessa teia de relações complexas que o trabalho do assistente social se materializa na política de Assistência Social. Apesar da perspectiva do Projeto Ético Político do Serviço Social (PESS) as atuações se consubstanciam em vertentes das mais variadas, frente às demandas postas.

Trata-se, pois, de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Instaura-se, portanto, o desafio de uma atuação que desconstrua a lógica que coloca para a Assistência Social um direcionamento de um olhar para “caso a caso” em detrimento da perspectiva do reconhecimento das condições de vida da classe trabalhadora sob os ditames do sistema capitalista.

Assim, essa complexidade que envolve a estrutura da política a torna frágil frente aos rompantes de governos extremamente autoritários, negando seu reconhecimento como política de seguridade social e retomando a lógica do favor, do damismo, da caridade, do voluntarismo, elegeo segmentos para serem alvos de ações prioritárias, ignorando a gravidade do cenário do desemprego estrutural que atinge homens e mulheres e impedem a possibilidade de milhares de famílias atenderem suas necessidades básicas sem ter que se sujeitar a comprovar a “figura do necessitado desenhada pelo Estado capitalista”.

Aos que não enquadram nessa figura são comumente julgados como não necessitados, lançados para o Estado Penal ou enquadrados na figura de “vagabundos”, daqueles que não “querem lutar”, que preferem as ruas ou qualquer outra forma de “vida fácil”.

PROMOÇÃO



APOIO



2.2 Os desafios da atuação profissional do Assistente Social para além das respostas pontuais

Alguns profissionais atuam assumindo a lógica de enquadramento das “demandas” as receitas pré-estabelecidas nas cartilhas dos programas, serviços, projetos e benefícios, alicerçadas em um ecletismo explícito nas orientações do Trabalho Social com Famílias (TSF), nos recortes de renda para acesso a benefícios e critérios para manutenção destes.

Em outras atuações é possível evidenciar a base alicerçada nos princípios do PEPSS, com luta e resistência em um cenário que lhes exige resiliência e adaptação. Resistência não apenas para a garantia do acesso aos direitos da classe trabalhadora, mas no cenário atual também os enfrentamentos pelos direitos historicamente conquistados, que cotidianamente são ameaçados por um governo que se localiza na defesa dos interesses da classe burguesa e direciona aos “pobres” a defesa da meritocracia para a ocupação dos espaços de poder na sociedade e qualquer outro espaço que possa garantir uma alteração, mínima que seja, de uma vida que permita o acesso a bens e serviços sem que necessite peregrinar.

O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimento e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que tem reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto – ético – político que confere direção social ao trabalho profissional. Ao mesmo tempo, os sujeitos que a exercem individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional. (RAICHELIS, 210, pgs. 753-754).

A lógica “assistencialista” na política de assistência social é comumente confundida na ação profissional de alguns sujeitos que a compreendem como reforço da manutenção da pobreza, assim, estabelecessem tempo, hora e caminhos direcionados para que o beneficiário deixe de acessar o dado benefício. Ocorre que muitas vezes o plano para alteração da realidade é construído de forma unilateral e desconsiderando as questões estruturais como: o desemprego, a fome, a violência e tantas outras expressões da questão social que marcam a trajetória de vida de grandes parcelas da classe trabalhadora.

Não ter salário para programar o mínimo no cotidiano de vida é realidade constante na vida de muitos trabalhadores. A incerteza do alimento no prato,

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o esfacelamento das relações sociais e a ausência de respostas estatais que alterem a condição de desproteção social dos sujeitos da classe trabalhadora são marcas desse tempo. (GARCIA, 2018, p. 14).

Como enfrentar o desafio de criar espaços de liberdade na dimensão política das práticas profissionais em uma sociedade cada vez mais alienante? “É irrealizável todo o conjunto de soluções para a questão da desigualdade, que remetam apenas as esferas da distribuição e do consumo, diga-se da circulação, quando a chave do problema está na produção (BEHRING, 2009, p. 24).

Em meio à abundância o cenário é de fome. Fome que atinge não somente àquelas consideradas as figuras mais “frágeis” historicamente (criança, adolescente, mulher, velho, pessoa com deficiência). Atinge também os homens da classe trabalhadora, com ou sem condições de vender a única mercadoria que dispõe: a sua força de trabalho.

A Assistência Social que temos vem legitimando cada vez mais os processos de exclusão, se materializando como a política do não direito, transitória no acesso à benefícios, programas e serviços socioassistenciais, porém permanente na manutenção das condições de vida cada vez mais precárias: “o assistente social é chamado a viabilizar direitos sociais, mas se vê tolhido de certas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos, para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 149).

Nesse panorama o trabalho do assistente social se movimenta no cotidiano da gestão da pobreza, com cada vez mais inviabilidades para operar para além dessa margem. A resistência na atuação consubstanciada na perspectiva crítica se coloca como uma possibilidade também mais desafiante em um contexto de racionalidades de procedimentos mecanizados, numa área que apresenta problemas estruturais na sua constituição, como já pontuamos.

Esse contexto para os assistentes sociais que cotidianamente atuam no enfrentamento das expressões da questão social exige resistência a processos alienantes e precarizados, que insistem em instaurar práticas mecânicas e automatizadas que impedem e/ou limitam a compreensão da lógica de funcionamento da ordem capitalista e de seus reflexos devastadores na vida social. (GARCIA, 2018, p. 18).

O cenário pandêmico somado a toda as condições precárias de vida a que vinha sendo submetida a classe trabalhadora escancarou ainda mais a fragilidade das ações estatais no campo das políticas sociais: além do subfinanciamento e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desfinanciamento, o fortalecimento de programas pontuais, compensatórios, com critérios conflitantes que não conversam com a real necessidade dos sujeitos, as polarizações políticas que caminham em interesses próprios e minimizam a gravidade da cena contemporânea da realidade de cada vez mais parcelas da sociedade que se veem privadas de acesso aos bens e serviços necessários para a sobrevivência.

São crianças, adolescentes, jovens, velhos, homens e mulheres de todas as idades que perambulam pelos serviços nos equipamentos da Assistência Social concorrendo ao posto de comprovar o grau máximo da miséria para “merecer” a ajuda estatal. Cenário que reduz significativamente as possibilidades do assistente social na dimensão do fortalecimento dos sujeitos numa perspectiva crítica. “O grande desafio que se coloca na conjuntura atual é possibilitar, através da participação e da organização popular, a ampliação e efetivação dos direitos de cidadania, com vista a resgatar o potencial transformador das classes expropriadas destes direitos” (GIAQUETO, 2015, p. 30).

As ações profissionais experimentam processos contraditórios de retração e ampliação de direitos sociais, num terreno de disputas. Assim, o “enfrentamento da questão social requer o atendimento das necessidades coletivas dos trabalhadores, pelo chamamento da responsabilidade do Estado e da afirmação de políticas sociais de caráter universal”. (IAMAMOTO, 2014, p. 162).

A desproporcionalidade da oferta com o volume da demanda nos serviços no campo da Assistência Social é agravada somada a precarização das condições de trabalho cotidiana constatada através das equipes insuficientes, das contratações temporárias de profissionais com vínculos de trabalho diferenciados, fragmentando ainda mais o coletivo de trabalhadores, além dos novos processos de racionalidade estatal que interfere na relativa autonomia do profissional. “Reiteramos o distanciamento entre os avanços empreendidos em termos formais na política de assistência social e as reais condições de sua concretização.” (ABREU, 2012, p. 166).

[...] a trilha por onde caminham os desafios aos profissionais do Serviço Social - consideradas as particularidades do seu trabalho - são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho. Estas últimas, mediadas pelo mercado de trabalho profissional, passam a exigir a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão. (MOTA; AMARAL, 1998 p.2).

PROMOÇÃO



APOIO

Embora no discurso seja preconizada uma contraposição às estratégias de flexibilização das relações de trabalhos e de negação dos direitos conquistados pelos trabalhadores, de fato, no âmbito da implementação do SUAS, as condições e relações de trabalho mostram-se altamente precarizadas, o que contribuem para a manutenção e aprofundamento de precários atendimentos.

3 CONCLUSÃO

O trabalho do assistente social no SUAS está sujeito aos mesmos constrangimentos do mundo do trabalho que alcança a classe trabalhadora, guardadas suas devidas proporções e particularidades tendo em vista sua relativa autonomia.

As políticas públicas comungam cada vez mais em intervenções na lógica de gestão da pobreza, dificultando espaços para a atuação do assistente social na perspectiva crítica balizada pelo caráter socioeducativo das ações na direção de um trabalho que reconhece os conflitos de classes e compreende a urgência de reverter as ações que caminham cada vez mais no direcionamento da alienação da classe trabalhadora, e, fortalecem os sistema societal vigente expropriando ainda mais o trabalhador que já não consegue dar conta, sequer, da sua reprodução social para se manter vivo.

O cotidiano permeado por tensões entre as “ausências” explicitadas nas privações das famílias que demandam atenção da Assistência Social e as “ausências” das ofertas necessárias para respostas a tais privações, resultantes de subfinanciamento dos serviços, programas e projetos e da direção do Estado brasileiro no contexto atual, que não comunga com os ditames do campo formal definidos na CF/1988.

A lógica em tempos de governo ultraliberal aumenta a tensão já integrante no cenário da política de Assistência Social quando confrontada com as perspectivas do PEPSS, uma vez que a primeira se estrutura em categorias tais como risco social, vulnerabilidade social, territorialidade, exclusão social, além do ecletismo contido nas propostas do direcionamento do TSF, a focalização dos programas de transferência de renda, o recorte de públicos prioritários para os serviços (com a lógica da violação de direitos) que não reconhecem a contradição capital trabalho e, consequentemente,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ocultam os conflitos de classes, e, o segundo transita antagonicamente ao que tá posto.

Na cena contemporânea a realidade já caótica se transmuta em espaços de trabalho com aumento da precarização, resultando em adoecimento do trabalhador, de atuações alicerçadas em linhas de enquadramento e de oposição entre profissional e usuário sob a lógica da subalternidade, mas também há presença de atuações na perspectiva crítica alicerçada na dimensão socioeducativa e no reconhecimento da classe trabalhadora como sujeito revolucionário e na lógica de enfrentamentos que permitem: escapes das condicionalidades impostas pela estrutura societal ao assistente social e ao usuário dos serviços.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.M; GUIMARÃES, L.F.C. **O Serviço Social na área da assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS.**

Disponível em:

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1216/3294>.

Acesso em: 12 de ago. de 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEHRING, E. R. **Balço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social.** In: CFESS – Seminário Nacional do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: 2011. P.84-95.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

GARCIA, R. R. A. **Assistência social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise do atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social.** 2018, 146 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) –Universidade Estadual Paulista, Franca –SP. 2018.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GIAQUETO, A. (Org.). *A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão*. Jundiaí: Paco e Littera, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A e AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo, Cortez, 1998. NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

Neto, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKqNLzD8NJPYJbvH5R/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 12 de ago. de 2021.

SCHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, S. M. Assistência Social na Atual Conjuntura: Rumos no Governo Temer, **Revista do SASEAL**. Alagoas, Ano 17 n.15, p. 21-29, set. 2016.

PROMOÇÃO



APOIO

